



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Formação profissional

**DEBATE ÉTNICO-RACIAL NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: APROXIMAÇÃO
PRELIMINAR À REALIDADE DA UFPA**

ANDRÉA MELLO PONTES¹

CRISTINA MARIA AREDA-OSHA²

EDIANE MOURA JORGE³

FRANCISCO DOS SANTOS NETO⁴

REINALDO NOBRE PONTES⁵

RESUMO

Objetiva-se compreender historicamente como o debate étnico racial se desenvolveu na área de Serviço Social da Universidade Federal do Pará, a partir de estudo bibliográfico e documental. Constatou-se que essa temática teve presença discreta, abaixo da sua relevância histórico-teórica no debate e que recentemente vem ganhando mais destaque, alinhando-se ao movimento da categoria no país.

Palavras-chave: Serviço Social; Formação; Questão étnico racial;

ABSTRACT

El objetivo es comprender históricamente cómo se desarrolló el debate étnico-racial en el área de Servicio Social de la Universidad Federal de Pará, a partir de estudios bibliográficos y documentales. Se encontró que este tema tuvo una presencia discreta, por debajo de su relevancia histórico-teórica en el debate y que recientemente viene ganando mayor protagonismo, alineándose con el movimiento de la categoría en el país.

Keywords: Trabajo Social; Formación Profisio; Cuestión étnico racial;

¹ Universidade Federal do Pará

² Universidade Federal do Pará

³ Universidade Federal do Pará

⁴ Universidade Federal do Pará

⁵ Universidade Federal do Pará

INTRODUÇÃO

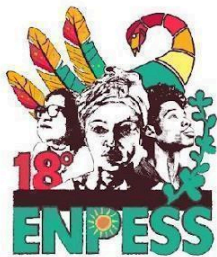
Nossa formação é pelos direitos sociais e não por uma política de privilégios. É pela socialização da saúde e da riqueza e não pela indignidade da segregação. Gritemos com todas as forças: FORA TODOS OS PRECONCEITOS! DE CLASSE, DE "RAÇA", DE GÊNERO, DE ETNIA E OUTROS MAIS!

Joaquina Barata Teixeira, 2023

A formação de assistentes sociais no Pará é um fenômeno que possui quase 75 anos, posicionado como 15º curso criado no país e segundo da região norte. Neste estado foi criado o primeiro Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) (mestrado – 1996 e doutorado – 2017) da região amazônica. Situado numa região e estado marcados pela devastação ambiental colonial e neocolonial, pela expropriação das imensas riquezas pelo capital, além de possuir os piores indicadores sociais do país, mesmo que paradoxalmente seja a região mais rica em biodiversidade, água doce, minérios, sem falar na riqueza humano cultural da diversidade dos povos da floresta, ribeirinhos, quilombolas, entre outros. A Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (FASS) inserida neste contexto será objeto de análise neste artigo. Essa Universidade, única instituição pública que possui tal formação, oferta vagas em dois campi (Belém e Breves-Marajó) 150 no total, com integralização mínima de 09 semestres e conta com 35 professoras(es) doutoras(es) efetivas(os), 09 grupos de pesquisa ativos coordenando projetos de pesquisa e extensão. Considerando a ênfase assumida mais recentemente pelas entidades da categoria quanto à temática sobre “as relações de classe-raça/etnia no Serviço Social”, eixo proposto para o 18º Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) de 2024, e os estudos de grupos de pesquisa do PPGSS sobre a temática⁶, decidiu-se reunir tais estudos que unem a discussão histórica sobre o Serviço Social no Pará, a relação da profissão com o contexto amazônico paraense e o debate étnico-racial na graduação e pós-graduação sinteticamente neste trabalho.

Nessa direção, o presente artigo objetiva problematizar sobre a presença/ausência como o debate étnico-racial se deu na formação em Serviço Social no Pará, mais especificamente na universidade pública, a partir de um estudo introdutório sobre a realidade da FASS e do (PPGSS) na UFPA, e quais suas perspectivas.

⁶ Grupo de Estudos e pesquisa interseccionalidades na (re)produção das desigualdades e diferenças na Amazônia (INTERFACES); Grupo de Estudos, pesquisa e extensão em Serviço Social, Política Social e Formação Profissional (GEPSS), e Grupo de Estudos e Pesquisa Saúde, Diversidade com Equidade.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Trata-se de um estudo bibliográfico e documental, pautado no método crítico-dialético, em que foram levantados, projetos pedagógicos, dissertações e teses do PPPGSS-UFGA, bem como registros recentes da Oficina “Abepss Intinerante”, cuja temática coincide com a do presente artigo.

O artigo está dividido nas seguintes partes: além da presente introdução e das considerações finais, apresenta no item 2 o contexto da região na ocasião do surgimento do curso de Serviço Social no Pará e o último discute a realidade do debate étnico-racial a partir de dados da pesquisa realizada.

A PARTICULARIDADE REGIONAL E SURGIMENTO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NO PARÁ

A Amazônia continua a representar para o planeta a maior potencialidade à acumulação capitalista opressora, dominante dos meios de produção, por isso realizar estudos sobre a formação profissional em Serviço Social neste território significa fortalecer a região amazônica e as experiências profissionais nesse processo sócio-histórico de lutas da classe trabalhadora com as classes proprietárias do capital e as respostas construídas pelo Estado para a Amazônia.

É um território atrativo historicamente para a implantação de amplos e diversos empreendimentos ao longo da sua história, projetos de industrialização, intervenções em rodovias, grandes projetos de mineração e agroexportadores que desmataram e ainda desmatam as florestas, e nessa conjuntura a expropriação e deslocamentos de povos originários vem causando há séculos as manifestações da questão social na região e a perda daquilo que a população dessa região necessita, “a reprodução das suas condições materiais de existência – a terra e os espaços da natureza” (Nascimento, 2009, p. 79). Esse processo histórico é matéria de uma profissão que chega na Amazônia muito antes da sua institucionalização e se torna uma profissão importante para o atendimento à população amazônica.

Então, por meio da ampliação da cidadania social como estratégia de controle do Estado Novo, a partir da década de 1930, o governo busca a sua legitimação por meio de uma aproximação com a classe trabalhadora urbana em uma política de concessões de direitos através da implementação de legislações sociais, que se de alguma forma atendiam contraditória, parcial e limitadamente a alguns direitos sociais, de outro lado também representam novos mecanismos de “exploração econômica e dominação política”, para a acumulação capitalista, num ambiente de repressão, tortura, censura e manipulação da

população (Vieira, 2015, p. 69-76).

O estado do Pará está inserido neste contexto e abriga a particularidade de possuir elevados índices de desigualdade social da região, agravada por um incremento médio populacional entre os anos de 1940 e 1960 de 118,6%; crescimento populacional desordenado com expansão predatória do capital, ocasionando agravamento das condições sociais de vida dos segmentos pauperizados. (Oliveira, 1988; Neto et. al., 2021).

O Pará vivenciava, também, os impactos da queda da produção gomífera do 2º ciclo da borracha após 1930, ciclo em que a borracha deixava de ser explorada na região, resultando em desemprego e miséria da população. Uma vez mais ressalta a condição de economia extrativista que se praticava e se perpetua até os presentes dias, causando tanto danos sociais, quanto ambientais.

Esse aumento populacional acentuou as manifestações da questão social da época, em múltiplas dimensões. Desta forma emergiram as condições objetivas para a vinda de uma nova formação profissão que já se destacava no sudeste brasileiro e que poderia trazer ao Pará, como noticiou o jornal “O Estado do Pará” à época, “a nova instituição de ensino de tanta utilidade na formação da juventude feminina para os trabalhos concernentes aos reajustamentos sociais” (Oliveira, 1988, p. 163), o que já indicava que o curso seria oferecido às mulheres, e concentrado em fundamentos teóricos iniciais de teorias conservadoras e positivistas.

Nas décadas de 1940 a 1950, o interventor federal no Pará era Magalhães Barata, que se notabilizou pela combinação entre a repressão e o assistencialismo. A segunda estratégia, ainda iniciando seus serviços, era mediada pela parceria entre empresas e governo, sendo que o populismo de Barata estabeleceu tal estratégia como meio para a articulação de consensos, para acalmar os conflitos resultantes das condições de miséria e pobreza, visando controle social.

Destarte, é nessa quadra histórica do país e da região que as duas primeiras escolas de Serviço Social na Amazônia são fundadas nas cidades de Manaus⁷ e Belém. No Pará a primeira escola foi criada em 15 de maio de 1950 por iniciativa do professor Paulo Eleutério Álvares da Silva, então presidente da Unidade Regional do Serviço Social do Comércio no Pará (SESC), que pela posição que ocupava conheceu escolas de Serviço Social em outras partes do país e se propôs a criar uma no estado. Ao não obter apoio das entidades que atuava, decide por iniciativa

⁷ No norte do Brasil a primeira escola foi fundada em Manaus (AM) em 16 de novembro de 1940, e reconhecida oficialmente em 1941. Seu fundador foi o juiz de menores André Vidal de Araújo (Montenegro, 1986). ³ Noção gramsciana que estabelece que cada classe cria intelectuais para lutar pela hegemonia no bloco histórico (Portelli, 1990).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

peçoal empreender a fundação do curso de Serviço Social (Oliveira, 1988). A primeira turma (1958), homenageou “Dr. Daut de Oliveira” - presidente na época da Confederação Nacional do Comércio (CNC) e dos Conselhos do Serviço Social do Comércio (CSESC) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) - revelando com esse gesto um claro viés ideológico da chegada da profissão ao Pará ao vincular-se a um empresário e comerciante, como uma formação profissional aliada aos fins da atividade mercantil sob a lógica do capital.

O fundador não realizou tal ato movido apenas por seus valores liberais-burgueses e idealismo altruísta, mas estava sintonizado a um projeto de classe do qual era um intelectual orgânico³. Compreendia o momento de instalação do capitalismo na região que era necessário um profissional que trabalhasse com os “problemas sociais” em direção ao “reajustamento humano” (Machado, 2000). Pouco tempo após ser criada, em 1951 a escola de Serviço Social entrou em crise e foi doada para o Instituto Ophir Loyola. Em 1956 Essa data é marco do início do acordo firmado entre os estados do Pará e Rio Grande do Sul, com a participação da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre (PUCRS), que encaminhou docentes que tiveram como atribuições iniciais assumir a direção da Escola de Serviço Social de Belém que, pela primeira vez seria dirigida por assistente social (Moraes, 2000). E, além disso, integrá-la à Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) (Moraes, 2000), portanto ao circuito nacional das demais escolas e cursos de Serviço Social no país.

Em 1963, a Escola foi integrada à Universidade Federal do Pará (UFPA) mediante a Lei nº 4.283, de 19 de novembro de 1963, transformando-se em curso de Serviço Social, depois de o Instituto Ophir Loyola, que a abrigava, não suportar sustentá-la, e, após uma longa luta protagonizada principalmente por discentes do curso, junto à UFPA e ao Ministério da Educação (Barros, 2023 e Teixeira, 2023). Em 1969, a partir da elaboração do Plano de Reestruturação da UFPA, passou a integrar o chamado Centro Socioeconômico (CSE) da UFPA (UFPA, 2005).

Pode se dizer que a perspectiva teórico-metodológica orientadora da primeira escola era uma mescla de conceitos positivistas-funcionalistas com noções da doutrina social católica, neotomismo e higienismo (Oliveira, 1988). Entretanto não se identifica a presença da igreja como instituição de apoio desta escola, diferentemente dos casos das primeiras escolas do sudeste e sul do Brasil. A alteração legal de 1953 (Lei Nº 1.889 - que dispunha sobre os objetivos do ensino do Serviço Social), forçou a escola nascente a uma mudança e adotar um novo currículo contendo as seguintes disciplinas:

Sociologia e Economia Social; Direito e Legislação Social; Higiene e Medicina Social; Psicologia e Higiene Mental; Ética Geral e Profissional. II - Introdução e fundamentos

do Serviço Social: Métodos do Serviço Social; Serviço Social de Casos - de Grupo – e comunidade: Serviço Social em suas especializações; Família - Menores - Trabalho – Médico e III - Pesquisa Social.

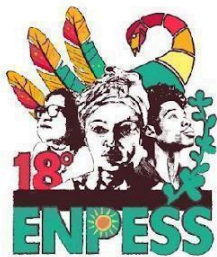
Arêda-Oshai (2000) identifica nesta mudança o fortalecimento da perspectiva funcionalista, agora com a marca norte-americana e seu célebre Serviço Social de caso, grupo e comunidade. Registre-se nesse período a presença de médicos como docentes do curso, em consonância com as disciplinas “Higiene e Medicina social”.

A partir da década de 1960-1970 o curso vai intensificar suas mudanças, inclusive porque neste período se inicia na América Latina o Movimento de Reconceituação da profissão dando vazão à influência crítica advinda de movimentos progressistas, socialistas, urbanos e rurais. Conforme Arêda-Oshai et. al. (2024, p. 218) baseada em Moraes (2000):

Foram aprovados 6 (seis) currículos mínimos no curso de Serviço Social, a partir da vinculação à UFPA, em 1963, sendo 2 (dois) na década de 1960 e 4 (quatro) na década de 1970; em 1985 houve a aprovação de 1 (um) currículo pleno. Já em meados da década de 1990 foram aprovadas as novas Diretrizes Curriculares que, articuladas ao Código de Ética e à Lei de Regulamentação da Profissão, constituem-se como pilares do Projeto Ético-Político profissional.

As mudanças curriculares desde os anos 1960 até os presentes dias no curso de Serviço Social da UFPA estiveram condicionadas às orientações da ABESS/ABEPSS e refletiram reações internas a forças ideopolíticas em luta na sociedade burguesa em transformação. A própria entidade sofreu a ação dos movimentos internos e externos à categoria movidos por contradições estruturais conjunturais, expressando isso nos currículos mínimos propostos ao longo do tempo. Alguns marcos merecem registro: a influência funcionalista conservadora atravessou contraditoriamente o Movimento de Reconceituação (MR), sendo combatida, mas não eliminada, no que tange à formação e trabalho profissional, pois que sua alteração vai ser resultante de importantes movimentos até o início dos anos 1980, quando depois do “Congresso da Virada”, literalmente, temos uma transformação nos marcos normativos da profissão. É aprovado o novo currículo mínimo da ABESS em 1982, que na UFPA se torna novo Projeto de Curso em 1985 (Neto et. al., 2021).

Lembremos que o MR não foi homogêneo e que comportou diferentes vertentes em luta por hegemonia teórico-metodológica e ético-política (Netto, 2007). Dado o quadro político ditatorial do momento, que inclusive prendeu, perseguiu e torturou assistentes sociais e estudantes da UFPA, duas vertentes (modernizadora – estrutural funcionalista e de atualização do conservadorismo – fenomenológica) favoreceram o continuísmo em face dos modelos tradicionais, mesmo criticando alguns de seus fundamentos, mas não rompendo com a visão



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

acrítica, a-histórica sobre a ordem capitalista. Enquanto a terceira vertente “intenção de ruptura” (inspirada no marxismo) trouxe para profissão uma renovação em sua perspectiva de pensar a sociedade e ver a profissão como um espaço de luta. Mesmo que se possa identificar importantes limitações teórico-metodológicas na apreensão desta perspectiva, sendo nominada de “marxismo vulgar”, ainda assim produziu a abertura de um novo e promissor ciclo crítico para a profissão (Netto, 2007).

Na UFPA o movimento de reconceituação comportou tensões, lutas, internas/externas, embates teóricos e práticos, conquistas de espaços nas instituições de políticas públicas, evidenciando assim um avanço contínuo em direção aos espaços de extensão e pesquisa, culminando com a criação do mestrado (1996) e o doutorado em 2017 em Serviço Social (Neto et. al., 2021; Nascimento, 2023, Barros, 2023, Santana, et. al., 2023). A presença da articulação com os movimentos sociais pode ser considerada uma marca evidente do processo de desenvolvimento do Serviço Social na UFPA, revelando a combatividade do movimento estudantil, a participação protagônica dos docentes nas entidades da categoria, e entidades nacionais dos docentes (ANDES) desde o princípio, como bem revela Joaquina B. Teixeira contando sua inoxidável passagem pela Federação Internacional de Serviço Social (Teixeira, 2023).

REFLEXÕES SOBRE A PRESENÇA/AUSÊNCIA DO DEBATE SOBRE RELAÇÕES RACIAIS NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL DA UFPA

Desde sua fundação a Escola de Serviço Social de Belém, posteriormente reestruturada como Curso e depois FASS/UFPA, sempre seguiu as Diretrizes Curriculares Nacionais elaboradas no âmbito da ABESS/ABEPSS, bem como os instrumentos normativos aprovados pelo conjunto Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).

Ainda em âmbito nacional, o Projeto Ético-Político Profissional (PEP), configurado pelo Código de Ética Profissional, Lei de Regulamentação da Profissão e novas Diretrizes Curriculares da ABEPSS vem sendo reafirmado pelo coletivo que integra a FASS/PPGSS. Acrescenta-se o Materialismo Histórico e Dialético, teoria crítica afirmada como base teórica hegemônica do referido PEP e do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) em vigor na FASS, ora concluindo revisão. Desta forma, espera-se que essa teoria deva nortear a formação profissional nos níveis da graduação e pós-graduação. Entretanto, “a dialeticidade [...] embora



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

recorrentemente citada por marxistas, é difícil de viabilizar devido à contradição inerente à divisão social/racial” (Nascimento, 2024, p. 20).

Considerando-se a questão étnico-racial, particularizando-se o Pará, estamos nos referindo à formação e trabalho profissional em um estado onde a maioria da população declarou-se parda, 5.673.446 – (69,8%), de um total de 8.120.131; somando-se às pessoas autodeclaradas da cor preta, 793.621 (9,7%) (IBGE, 2022), pode ser afirmado que aproximadamente 80% das pessoas que estão vivendo no Pará são negras, conforme o Estatuto da Igualdade Racial (Brasil, 2015).

Quando se olha para a categoria profissional, conforme CFESS (2022), dentre o universo de assistentes sociais com registro no CRESS 1ª Região e que compuseram amostra de pesquisa entre os anos 2016 e 2019, 67,87% se declararam como pessoas pardas; 12,69% – pretas; 16,93% – brancas; 2,09% – amarelas; 0,42% – outra cor ou pertença étnico-racial, sem nenhum registro de indígena (CFESS, 2022), totalizando pertencentes à raça negra mais de 80%. Tal situação não se verifica entre povos indígenas, quando se considera a região Norte, onde se tem muito baixo registro de assistentes sociais indígenas e em contraste vive 44,47% desta população do país.

Diante dos desafios impostos à viabilização da dialeticidade, como afirmado por Maria Antônia Nascimento a “tendência, desse modo, tem sido a fragmentação ou a priorização de uma das categorias” (2024, p. 20), no caso do Serviço Social no Brasil, priorizou-se a divisão social com ênfase na classe social. Sendo assim, considerando o PEP e seu subsídio teórico, tem sido “difícil encontrar argumentos para problematizar esses temas [objeto deste artigo] sem interseccionar relações de poder, que estão presentes tanto em nossa experiência quanto no perfil das(os) assistentes sociais, e das demandas que se apresentam à profissão” (Santos, 2024, p. 192).

Franciney dos Anjos (2022, p. 24) visando compreender “como o compromisso declarado pelo Serviço Social, com a eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação se expressa [em] Projetos Pedagógicos de Cursos de Serviço Social” analisou PPC’s das sete (07) Unidades de Formação Acadêmica (UFA’s) que integram a Regional ABEPSS Norte. Essa Regional é formada por estados que estão nas regiões Nordeste e Norte, estando seis (06) UFA’s na região Amazônica, portanto tal divisão envolve regiões definidas a partir de critérios geográficos, econômicos e políticos que configuram realidades sociais que podem se aproximar quando analisados os processos de formação socioeconômica e política, mas que apresentam especificidades loco-regionais.

Em se tratando dos indicadores de renda mensal nominal per capita, saneamento básico, óbito infantil, importantes para se avaliar níveis de organização e desenvolvimento de um país, todos os estados que integram a Regional ABEPSS Norte, conforme Dos Anjos (2022) apresentaram índices abaixo do valor de referência ou da média nacional, para o ano de 2021. As taxas de óbito infantil, em quase todas as capitais da Regional ABEPSS Norte, se mostraram acima da média nacional.

Cinco (05) dos sete (07) estados que compõem essa Regional – Amazonas, Amapá, Maranhão, Pará e Piauí –, ainda segundo Dos Anjos (2022), integram a lista dos 50 municípios brasileiros que concentram 55% dos assassinatos provocados por policiais. Particularizando se a violência contra a mulher, os estados do Amapá, Pará e Tocantins apresentaram taxas superiores à média nacional – 1,7, relacionadas ao risco de homicídio de mulheres negras, quando comparadas às não negras, respectivamente, 4,6; 2,4 e 3,1 (Dos Anjos, 2022; Arêda Oshai et al., 2024).

Se adotarmos o quesito raça/cor será evidenciado o predomínio de pessoas negras em todas essas situações de desvantagem e vulnerabilidades sociais, como é bem sabido no âmbito da nossa categoria profissional. Mantendo-se o recorte nos estados da Regional ABEPSS Norte, se observa o:

Recrudescimento das expressões da questão social e no caso da população negra, em particular, os índices de desigualdade são muito mais expressivos. Assim, parece razoável que profissionais em formação que atuam nestas expressões, tenham condições de observar a realidade, perceber tal disparidade e propor soluções para o enfrentamento desta desigualdade (Dos Anjos, 2022, p. 96).

Partindo deste pressuposto, Dos Anjos (2022) analisou os PPC's em vigor nos Cursos e Faculdades de Serviço Social das sete (07) UFA's afiliadas à ABEPSS, bem como as ementas e referências teóricas indicadas. Devido à impossibilidade de apresentar todas as dimensões analisadas e dados obtidos na pesquisa, compartilhamos algumas das conclusões alcançadas pela autora. Uma delas se refere à "uniformidade do discurso quanto aos princípios da formação profissional estabelecidos pela ABEPSS" (2022, p. 98), o mesmo sendo observado em relação às diretrizes curriculares e disciplinas recomendadas pela ABEPSS. Entretanto, em relação às disciplinas, observou-se que a "Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais [...] única disciplina básica recomendada pela ABEPSS que menciona expressamente a abordagem, entre outros assuntos, das "[r]elações de gênero, étnico-raciais, identidade e subjetividade" (Dos Anjos, 2022, pp. 99-100) foi preterida, tendo sido



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ofertada apenas pela UFA Instituto Macapaense Melhor Ensino (IMMES) (Dos Anjos, 2022; Arêda-Oshai et al., 2024).

Os PPC's no plano discursivo, apontam para o compromisso com a inclusão, inclusive especificando a habilidade da/o egressa/o para “atuar nas múltiplas expressões da questão social, propondo soluções ao seu enfrentamento, com vistas ao exercício pleno da cidadania, com inserção de seus usuários” (Dos Anjos, 2022, p. 100). Contudo, quando analisadas as ementas, referências teóricas e modalidade da disciplina, se obrigatória ou optativa, entre outros, se observa “posições ambivalentes, ora de incorporação frontal dos conteúdos e da pluralidade que eles representam, ora de evasão, preterição ou distanciamento do assunto” (Dos Anjos, 2022, p. 104).

Outro destaque a se fazer, diz respeito à intenção de abordar o tema sobre relações étnico-raciais de forma transversal sem, no entanto, serem indicadas quais seriam as disciplinas e referências teóricas. Acrescenta-se a inadequação de algumas referências para o alcance dos objetivos subtendidos nas ementas, a exemplo de autores que defendem a “democracia racial” (Dos Anjos, 2022). Esses equívocos desafiam a qualidade do processo de formação profissional, cujo empenho teórico-metodológico empregado nesse processo pode não contribuir positivamente para o alcance do perfil da/o egressa/o. Importante destacar que foi observada centralidade da questão racial em disciplinas obrigatórias das Faculdades de Serviço Social da UFPA – campus Breves e da Universidade Federal do Tocantins, que apresentaram “um panorama sobre a problemática das relações raciais no Brasil [sob uma] perspectiva pluralista” (Dos Anjos, 2022, p. 108).

Quando é a FASS/UFPA que está sob a lupa verifica-se iniciativa na abordagem do tema em questão, no PPC implementado em 2005, quando foi aprovada a atividade curricular “Seminário Diversidade Étnico-Cultural no Brasil e na Amazônia”. Contudo, essa atividade, cuja carga horária é de 10h, resume-se a um (01) encontro entre docentes e discentes (Nascimento et al., 2021). Em 2009 foi iniciado processo de avaliação do referido PPC e na ocasião duas (02) docentes além de questionar a eficácia desse Seminário para abarcar o conteúdo necessário sobre a temática das relações étnico-raciais, com a devida qualidade, elaboraram uma proposta de disciplina obrigatória. Porém:

Nos anos que se seguiram persistiram os questionamentos e, porque não dizer, os tensionamentos para a aprovação de uma disciplina obrigatória com o mesmo peso das demais que integram o currículo, sendo a destinação de carga horária, supostamente, o único entrave para a criação de novas disciplinas. Esta foi uma questão recorrente ao longo do processo e, somente em 2017, fomos comunicadas que a disciplina proposta, denominada “Relações Étnico-Raciais no Brasil e na Amazônia” havia sido aprovada



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

embora, considerando que a avaliação do Projeto Pedagógico não foi finalizada, a disciplina está aprovada, mas ainda não pode ser implementada (Nascimento et al., 2021, p. 186).

Ainda sobre a FASS em Belém, no ensejo da comemoração dos seus 60 anos de incorporação à UFPA, um dos produtos dessa comemoração foi uma publicação que, sob várias abordagens e perspectivas, retratam a trajetória histórica dessa Faculdade e sua importância para a formação de profissionais na e para atuarem na região Amazônica, no entanto:

tanto as observações empíricas quanto a análise da matriz curricular do curso aqui tratado evidenciam a ausência da questão racial e, porque não afirmar, da questão amazônica; elementos esses que, na região, implicam todas as tensões e conflitos relacionados ao agronegócio, ao genocídio de povos indígenas, ao acirramento da violência contra quilombolas, aos conflitos agrários motivados por mineradoras, garimpeiros e pecuaristas, aos conflitos urbanos que vitimam jovens negras(os), além de outras questões que parecem passar despercebidas (Arêda-Oshai et al., 2024, p. 220).

Por essas evidências entende-se haver a necessidade de amazonear o PPC, não apenas na FASS em Belém, mas nas demais UFAS que compõem a Amazônia brasileira, cujas realidades sociais e históricas se assemelham, no tocante aos grandes empreendimentos econômicos que geram espoliação. O amazonear é compreendido como postura teórico-reflexiva e interventiva:

a partir das realidades locais, considerando-se os vários segmentos sociais, grupos étnicos e racialmente diferenciados do dominante e seus correlatos modos de vida e formas de produzir territorialidades e sociabilidades. Implica, ademais, instigar a reflexão sobre as expressões da questão social desde as realidades locais e, acima de tudo, incorporar na formação as questões racial, étnica e ambiental não apenas como expressões, mas enquanto fundantes da questão social (Arêda-Oshai et al., 2024, p. 213).

Os projetos de pesquisa, extensão e as publicações são meios pelos quais se pode observar vínculos teórico-metodológicos, interesses e compromissos ético-políticos de um coletivo, bem como avaliar em que medida sujeitos sociais, suas territorialidades e sociabilidades são consideradas e abordadas por esse coletivo. Objetivando apresentar um panorama sobre temáticas abordadas em projetos de pesquisa, extensão e publicações em periódicos, Joana Santana et al. (2024) realizaram levantamento no Departamento de Elaboração e Acompanhamento de Projetos (DEAP), do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da UFPA; e na Plataforma Lattes, visando identificar nos currículos das/os docentes da FASS/PPGSS – campus Belém, publicações em periódicos científicos, cujo recorte temporal compreendeu os anos de 2019 ao mês de outubro de 2023 (Santana et al., 2024).

Santana et al. (2024) identificaram que 32 docentes, o equivalente a 84%, participam de projetos de pesquisa e/ou extensão, na condição de coordenadoras/res e/ou colaboradoras/res.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Em se tratando dos projetos de pesquisa, ganham destaque as temáticas sobre ‘trabalho’ e ‘trabalho profissional do assistente social’. Dentre esses projetos foram identificados três (03) que abordam sobre: ‘mulheres quilombolas’, ‘diversidade étnico-racial’ e ‘raça, etnia, gênero e classe’. Os projetos de extensão, por sua vez, evidenciam:

Uma diversidade de enfoques que se relacionam:

a) às expressões da questão social verificadas nos temas sobre infância, pessoa idosa, educação e violência nas escolas; b) à formação profissional e ao exercício profissional [...] universidade diaspórica, permanência de estudantes indígenas e quilombolas e sociojurídico; c) a movimentos sociais, controle social, organização política e políticas públicas, [...], reforma urbana, empreendimentos econômicos solidários, segurança pública e políticas urbanas; d) à discussão sobre o mundo do trabalho, destacando-se o tema do trabalho doméstico; e e) às expressões artísticas e culturais, com os temas sobre contadores de história, fotografia cinematográfica, produção de documentário, produção e lançamento de CD, cultura e vivência afro-amazônica. Outros projetos de extensão tratam sobre a diversidade camponesa na Amazônia, a Convenção 169 e a COP30 (Santana et al., 2024, pp. 87 e 88)

As publicações em periódicos científicos evidenciam a predominância de temas relacionados ao trabalho profissional, acolhimento institucional e Serviço Social, respectivamente, 13, 12 e 11 publicações. Foram observadas quatro (04) publicações sobre comunidades tradicionais e duas (02) sobre questão indígena, sendo essa a primeira referência a povos indígenas, identificada nos meios que foram analisados – projetos de pesquisa, extensão e publicações. O baixo número de projetos de pesquisa, extensão e de publicações abordando a temática étnico-racial também foi evidenciado por Dos Anjos (2022).

Santana et al. (2024) consideram que tanto os temas abordados nos projetos de pesquisa e extensão, quanto os discutidos nas publicações encontram-se alinhados com os Grupos de Temáticos de Pesquisa da ABEPSS. Em relação às pesquisas, as autoras observam articulação “com as expressões da “questão social” do tempo presente e têm enorme relevância ao buscarem investigar as questões étnico-racial e de gênero” (p. 86). Há o reconhecimento de que tais questões são abordadas de forma transversal, diante do número reduzido de projetos de pesquisa que abordam tais questões; da perspectiva interseccional, quando se afirma o entrelaçamento “na vida dos sujeitos atendidos no cotidiano profissional do(a) assistente social” (p. 86) e, por que não afirmar, que é de pleno conhecimento “que os maiores indicadores de pobreza estão entre as mulheres negras” (Idem, p. 86).

Mais recentemente a ABEPSS realizou a 7ª edição da Oficina ABEPSS ITINERANTE (2024), promovida nacionalmente, sob a coordenação da ABEPSS Regional e organizada, no âmbito da UFPA, pela FASS/PPGSS⁴. A atividade foi realizada nos dias 28 e 29 de maio de 2024



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

e teve como objetivo debater sobre o tema "As Diretrizes Curriculares, o debate étnico racial e os Projetos Pedagógicos" e contou com a participação de Docentes e Discentes da FASS e do PPGSS, de profissionais de Serviço Social que atuam como Supervisores de Campo de Estágio, além de Conselheiras/os do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS Pará – 1ª Região).

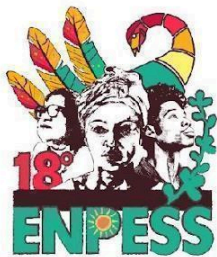
Importantes reflexões foram travadas, momento que foi possível fazer um grande balanço da relação entre o debate étnico-racial, choques de concepções, lacunas deixadas em momentos históricos. Sem embargo, foi unânime a admissão dos participantes de que era necessário promover mudanças na forma de incluir, abordar e pesquisar sobre a temática.

A atividade culminou com a formação de 03 Equipes para elaboração de produtos específicos, resultantes do profícuo debate: A) Projeto de Intervenção de Estágio - Formação, Trabalho Profissional em Serviço Social e Questão Étnico/Racial; B) criação do Fórum Antirracista Permanente sob o título, "SANKOFA: Fórum Antirracista de Serviço Social na Amazônia", visando à ampliação e fortalecimento de debates sobre as relações étnicas e raciais para a qualificação da formação e atuação profissional em Serviço Social e a proposta C) Proposta de criação de disciplina obrigatória para o Núcleo de Fundamentos Teórico Metodológico da Vida Social, nome da disciplina: " Classe, raça, etnia, patriarcado e Serviço Social" com o objetivo de analisar a realidade a partir da unidade ontológica capaz de articular dialeticamente essas categorias no âmbito das relações sociais e do Serviço Social. Elucidar o pensamento social que legitima a classe social, o racismo e o machismo. Apresentar as distintas compreensões do debate de classe social, raça, etnia, patriarcado, gênero e sexualidade.

Com esta ação, julga-se que FASS/PPGSS/UFPA deu a partida/continuidade, mesmo que com um certo atraso para se apropriar de modo mais crítico-dialético transformador, coerente com sua tradição de combatividade e com o PEP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da FASS/UFPA nos seus mais de 60 anos em diálogo com a realidade amazônica do estado do Pará se revelou protagonista de importantes avanços na formação de assistentes sociais críticos e competentes para atuar nas distintas áreas sócio ocupacionais. Tendo em consideração, evidentemente, que tal trajetória não foi homogênea nem linear, e que sempre houve lutas e tensões internas e externas em cujas participações impulsionou a FASS/UFPA estar em sintonia com os movimentos do Serviço Social, participação nas entidades



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

da categoria (estudantis, de docentes e acadêmicas) e articulada aos movimentos sociais combativos. Tal postura coerente e coesa permitiu acompanhar e participar do Movimento de Reconceituação, Congresso da Virada, construção do Código de Ética e das diretrizes Curriculares. Esse ativismo coletivo da FASS/UFPA conquistou a construção de um programa de Pós-graduação (mestrado e doutorado) nota 5 (CAPES), mais bem qualificado da região norte.

No que tange ao eixo temático do presente artigo, sem nenhum demérito às conquistas históricas mencionadas, ao contrário, temos que considerar, que tanto no âmbito da graduação quanto da pós-graduação temos que reconhecer que a temática esteve insuficientemente tratada em todas as fases vividas pela FASS/UFPA, conforme demonstrado no desenvolvimento do artigo e que se reflete no Projeto Pedagógico (em avaliação há mais de 10 anos), na ausência (ainda) de uma disciplina específica com o mesmo peso em importância que outras abordagens, nas ênfases encontradas nos grupos de pesquisa e também na produção científica, considerando teses e dissertações historicamente comparadas.

Mas, fazendo jus a postura protagonista e crítica da FASS/UFPA e do PPGSS/UFPA, durante a última Oficina ABEPSS Itinerante/2024 criou-se uma comissão mista (discentes e docentes; da graduação e pós-graduação) para o enfrentamento desse desafio, tanto para superar as lacunas identificadas na avaliação do Projeto Pedagógico da FASS, quanto nas linhas de pesquisa do PPGSS e ênfases dos grupos de pesquisa que dão suporte ao trabalho de orientação e produção de teses e dissertações. E com isso manter a sintonia e coerência com o PEP e colaborar com sua melhoria.

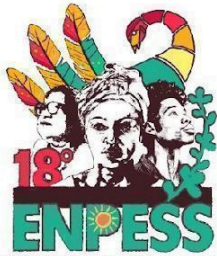
REFERÊNCIAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social.** (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996.) Rio de Janeiro, novembro de 1996.

ALCÂNTARA, Itamires Lima Santos; CORREIA, Aline Nascimento Santos. A temática étnico racial na pós-graduação em serviço social. **Anais...** 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS. Rio de Janeiro: ABEPSS, 2018.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**, São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ARÊDA-OSHAI, C. M.; DOS ANJOS, Franciney P.; NASCIMENTO, M. A. C. Para amazear o Serviço Social no Pará: reparar nas matrizes e deshomogeneizar os projetos pedagógicos para diversificar olhares/práticas sobre/com os sujeitos amazônicos. *In*: NASCIMENTO, Maria Antônia Cardoso; NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho; CARVALHO, Elen Lúcia Marçal de (orgs). **Serviço Social na UFPA: 60 anos formando assistentes sociais no Pará e na Amazônia**



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

brasileira. Belém: ICSPA, 2024, p. 211-230.

BARROS, Y. S. C. M. 60 anos de uma conquista: memória da inserção do curso de Serviço Social na UFPA. In: NASCIMENTO, Maria Antônia Cardoso; NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho; CARVALHO, Elen Lúcia Marçal de (orgs). **Serviço Social na UFPA: 60 anos formando assistentes sociais no Pará e na Amazônia brasileira**, p. 241-248.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2015]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 18 maio 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Brasília: CFESS, 2022.

DOS ANJOS, Franciney. P. **Serviço social e relações raciais**: um estudo sobre a inserção da temática racial em Projetos Pedagógicos de Cursos. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **População**. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal. Acesso em 29.07.2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo 2022**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/> Acesso em: 12 dez. 2023.

MACHADO, M. **Paulo Eleutério Álvares da Silva**: Fundador da Escola de Serviço Social do Pará. Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, Belém/PA, 2000. (Trabalho manuscrito).

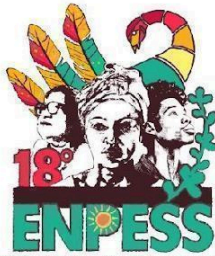
MONTENEGRO, R. C. **A criação da escola de serviço social de Manaus**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, PUC, 1986.

MORAES, R. R. Dados históricos: Serviço Social no Pará – de Escola a Curso da Universidade Federal do Pará. In: SORIA, H. B. E.; MACHADO, M. N. S. (org.). **História do Serviço Social no Pará**: anais do 6º Seminário Avançado de Serviço Social. Belém: EDUFPA, 2000. pp. 25-42.

NASCIMENTO, M. A. C. A teoria corre atrás da realidade: movimento(s) social(is) e formação profissional. In: NASCIMENTO, Maria Antônia Cardoso; NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho; CARVALHO, Elen Lúcia Marçal de (orgs). **Serviço Social na UFPA: 60 anos formando assistentes sociais no Pará e na Amazônia brasileira**, p.19-36.

NASCIMENTO, Nádia S. Fialho. Amazônia e desenvolvimento capitalista: a centralidade da região para a acumulação de capital e a produção de expressões da “questão social” nela. **Revista Conexões**. Belém, v.2, n.1, p.77-112, jan./dez., 2009.

NETO, F. S.; PONTES, R. N.; BRAGA, C. S. C. O Movimento de Reconceitualização do Serviço Social no Pará: entre conservadorismos e resistências. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 24, N. 2, P. 393-413, JUL/DEZ. 2021.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64. 11ª Edição. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, E. **Perspectivas hegemônicas e institucionalização do serviço social no Pará**. Dissertação (Curso Internacional de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento) Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA, Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém/PA, 1988.

OSHAI, C. M. A. A institucionalização do Serviço Social como profissão no estado do Pará - contexto, trajetória e influências. *In*: SEMINÁRIO AVANÇADO DE SERVIÇO SOCIAL, 6., 2000, Belém. **Anais** [...]. Belém: ADUFPA, 2000. p. 1-13.

PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
SANTANA, J. V.; FIALHO NASCIMENTO, N. S.; CORRÊA, I. S.; SENA, G. de A. de. Pesquisa, extensão e produção de conhecimento na Faculdade de Serviço Social da UFPA no período recente. *In*: NASCIMENTO, Maria Antônia Cardoso; NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho; CARVALHO, Elen Lúcia Marçal de (orgs). **Serviço Social na UFPA: 60 anos formando assistentes sociais no Pará e na Amazônia brasileira**, p. 77-96.

SANTOS, M. A. R. dos. RAÇA/ETNIA E GÊNERO: interseção contingente ou fundamental à formação em Serviço Social? *In*: NASCIMENTO, Maria Antônia Cardoso; NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho; CARVALHO, Elen Lúcia Marçal de (orgs). **Serviço Social na UFPA: 60 anos formando assistentes sociais no Pará e na Amazônia brasileira**, p. 191-210.

TEIXEIRA, J. B. SERVIÇO SOCIAL E RESISTÊNCIA: histórias que se cruzam. *In*: NASCIMENTO, Maria Antônia Cardoso; NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho; CARVALHO, Elen Lúcia Marçal de (orgs). **Serviço Social na UFPA: 60 anos formando assistentes sociais no Pará e na Amazônia brasileira**, p.231 – 240.

UFPA. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/Faculdade de Serviço Social. Belém/PA, 2005.

VIEIRA, E. **A República Brasileira: 1951-2010 de Getúlio a Lula**. São Paulo: Cortez, 2015.